

**Banco Intermedium S.A.**

Demonstrações financeiras  
referentes aos semestres findos em  
30 de junho de 2015 e 2014

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Paraíba, 550 - 12º andar - Funcionários  
30130-140 - Belo Horizonte, MG - Brasil  
Caixa Postal 3310  
30130-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700  
Fax 55 (31) 2128-5702  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e aos Acionistas do  
Banco Intermedium S.A.  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Intermedium S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira do banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Intermedium S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos*****Demonstração do valor adicionado***

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), para o semestre findo em 30 de junho de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 22 de julho de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes  
Contador CRC MG-070240/O-3

## Banco Intermedium S.A.

### Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Semestres		Passivo	Nota	Semestres	
		2015	2014			2015	2014
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	4	335	1.602	Depósitos à vista	13a	14.109	15.398
Aplicações interfinanceiras	5	247.174	149.177	Depósitos interfinanceiros	13a	22.156	50.561
Títulos e valores mobiliários	6	44.031	41.158	Depósitos a prazo	13a	309.050	181.726
Relações interfinanceiras		2.508	1.621	Recursos de aceites e emissão de títulos	13b	557.658	393.438
Operações de crédito	8	679.336	510.070	Relações interfinanceiras		939	417
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(49.154)	(39.981)	Obrigações por empréstimos e repasse		3.302	13.703
Operações de crédito vinculadas	8	54.211	60.935	Obrigações, operações, vendas e transferências	14	49.406	61.870
Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados	8	(1.054)	(1.878)	Outras obrigações	15	102.519	49.520
Outros créditos	9	27.885	22.550				
Outros valores e bens	10	16.142	9.492	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.059.139</b>	<b>766.633</b>
Despesas antecipadas	11	24.076	29.992				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.045.490</b>	<b>784.738</b>	<b>Não circulante</b>			
				<b>Exigível a longo prazo</b>			
<b>Não circulante</b>				Depósitos a prazo	13a	635.248	509.880
<b>Realizável a longo prazo</b>				Recursos de aceites e emissão de títulos	13b	123.619	28.564
Aplicações interfinanceiras	5	757	1.815	Obrigações por empréstimos e repasse		36.398	1.260
Títulos e valores mobiliários	6	80.106	135.966	Obrigações - operações, vendas e transferências	14	15.300	40.685
Operações de crédito	8	1.009.615	644.240	Outras obrigações	15	707	7.541
Operações de crédito vinculadas	8	15.301	38.967	<b>Total do exigível a longo prazo</b>		<b>811.272</b>	<b>587.930</b>
Outros créditos	9	12.144	13.048				
Outros valores e bens	10	516	203	<b>Patrimônio líquido</b>			
Despesas antecipadas	11	16.597	22.224	Capital social		277.480	267.229
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>1.135.036</b>	<b>856.463</b>	Reserva de lucros		42.522	30.660
				(-) Ajuste valor de mercado		(115)	(70)
<b>Permanente</b>				<b>Total do patrimônio líquido</b>	18	<b>319.887</b>	<b>297.819</b>
Investimentos	12	3.596	3.347				
Imobilizado de uso		4.978	5.113	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.131.159</b>	<b>885.749</b>
Intangível		1.198	2.721				
<b>Total do permanente</b>		<b>9.772</b>	<b>11.181</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>2.190.298</b>	<b>1.652.382</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.144.808</b>	<b>867.644</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>2.190.298</b>	<b>1.652.382</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Banco Intermedium S.A.

## Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

		<u>Semestres</u>	
	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>			
Operações de crédito		156.908	107.684
Resultado com aplicações interfinanceiras		11.567	4.760
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		22.704	19.805
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros		<u>10.227</u>	<u>11.548</u>
		<b>201.406</b>	<b>143.797</b>
<b>Despesas da intermediação financeira</b>			
Operações de captação no mercado		(91.499)	(55.757)
Obrigações - empréstimos e repasses		(543)	(450)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(29.034)	(27.661)
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros		<u>(9.645)</u>	<u>(11.161)</u>
		<b>(130.721)</b>	<b>(95.029)</b>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>70.685</b>	<b>48.768</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>			
Rendas de prestação de serviços		5.744	5.065
Despesas de pessoal		(26.711)	(17.401)
Outras despesas administrativas	20	(23.420)	(23.646)
Despesas tributárias		(8.218)	(1.271)
Resultado de participações em controladas	12	(516)	60
Outras receitas operacionais	21	7.611	5.535
Outras despesas operacionais	22	<u>(5.565)</u>	<u>(3.091)</u>
		<b>(51.075)</b>	<b>(34.749)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>19.610</b>	<b>14.019</b>
Resultado não operacional		<u>1.068</u>	<u>(527)</u>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>20.678</b>	<b>13.492</b>
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>(4.735)</u>	<u>(2.746)</u>
<b>Resultado do semestre</b>		<b><u>15.943</u></b>	<b><u>10.746</u></b>
<b>Resultado por ação – R\$</b>		<b>1,35</b>	<b>0,91</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Banco Intermedium S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>						Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>261.534</b>	<b>(63)</b>	<b>3.487</b>	<b>23.064</b>	<b>(20)</b>	<b>288.002</b>	
Aumento de capital	5.695					5.695	
Resultado do semestre						10.746	
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal			537			(537)	
Constituição de reserva de lucros a distribuir				3.572		(3.572)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,56 por ação)						(6.637)	
Ações em tesouraria		63				63	
Ajuste valor de mercado	-				(50)	(50)	
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	<b>267.229</b>		<b>4.024</b>	<b>26.636</b>	<b>(70)</b>	<b>297.819</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>269.845</b>		<b>4.595</b>	<b>30.844</b>	<b>(107)</b>	<b>305.177</b>	
Aumento de capital	7.635					7.635	
Resultado do semestre						15.943	
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal			797			(797)	
Constituição de reserva de lucros a distribuir				6.286		(6.286)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,75 por ação)						(8.860)	
Ações em tesouraria							
Ajuste valor de mercado					(8)	(8)	
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>	<b>277.480</b>		<b>5.392</b>	<b>37.130</b>	<b>(115)</b>	<b>319.887</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Banco Intermedium S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Semestres	
	2015	2014
<b>Elaborada pelo método indireto</b>		
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do semestre</b>	<b>15.943</b>	<b>10.746</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.034	27.661
Provisão para créditos tributários (Reversões)/Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.991)	693
1.929	1.929	
Resultado de participações em coligadas e controladas	516	(60)
Resultado com transferência de ações <i>stok option</i>		63
Depreciações e amortizações	1.834	779
<b>Varição de ativos e obrigações</b>		
Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez	773	7.952
Redução de títulos e valores mobiliários	76.682	5.082
Aumento de relações interfinanceiras	(1.405)	(822)
Aumento de operações de crédito	(279.317)	(168.796)
Aumento de outros créditos	(7.799)	(2.898)
Redução (Aumento) de outros valores e bens	12.886	(286)
Aumento de depósitos	185.713	160.040
Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	167.818	59.987
Aumento de Obrigações por empréstimos e repasses	8.834	11.013
Redução de obrigações, operações, vendas e transferências	(39.825)	(30.332)
Aumento de outras obrigações	591	7.449
<b>Caixa líquido aplicado em atividades operacionais</b>	<b>172.216</b>	<b>88.271</b>
Atividades de investimentos		
Investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(1.023)	(1.005)
Recebimento de dividendos	687	879
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos</b>	<b>(336)</b>	<b>(126)</b>
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	7.635	5.695
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(8.860)	(6.637)
<b>Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos</b>	<b>(1.225)</b>	<b>(942)</b>
<b>Aumento (redução) das disponibilidades</b>	<b>170.655</b>	<b>87.203</b>
Disponibilidades no início do período	93.087	62.050
Disponibilidades no fim do período	263.742	149.253
<b>Aumento (redução) das disponibilidades</b>	<b>170.655</b>	<b>87.203</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Banco Intermedium S.A.

## Demonstrações do valor adicionado

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Semestres	
	2015	2014
<b>1. Receitas</b>	<b>211.571</b>	<b>143.711</b>
1.1 Intermediação financeira	229.874	175.222
1.2 Prestação de serviços	5.744	5.065
1.3 Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	582	(11.161)
1.4 Obrigações por empréstimos e repasses	(543)	(450)
1.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.034)	(27.661)
1.6 Outras receitas operacionais	3.880	3.223
1.7 Não operacionais	1.068	(527)
<b>2. Despesas da intermediação financeira</b>	<b>91.499</b>	<b>55.757</b>
<b>3. Materiais e serviços adquiridos de terceiros</b>	<b>59.709</b>	<b>53.238</b>
3.1 Materiais, energias e outros	18.065	16.145
3.2 Serviços de terceiros	41.644	37.093
<b>4. Valor adicionado bruto (1-2-3)</b>	<b>60.363</b>	<b>34.716</b>
<b>5. Retenções</b>	<b>(1.834)</b>	<b>(779)</b>
5.1 Depreciações e amortizações	(1.834)	(779)
<b>6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4+5)</b>	<b>58.529</b>	<b>33.937</b>
<b>7. Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>(516)</b>	<b>60</b>
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	(516)	60
<b>8. Valor adicionado a distribuir (6+7)</b>	<b>58.013</b>	<b>33.997</b>
<b>9. Distribuição do valor adicionado</b>	<b>58.013</b>	<b>33.997</b>
9.1 Pessoal e encargos	26.711	17.401
9.2 Impostos, contribuições e taxas	12.953	4.017
9.3 Aluguéis	2.406	1.833
9.4 Juros sobre capital próprio	8.860	6.637
9.5 Lucros retidos no semestre	7.083	4.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

O Banco Intermedium S.A. iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras sociedades. Por meio de suas controladas, a Instituição atua nas áreas de consultoria de mercado financeiro e de capitais, prestação de serviços de cobrança, informações cadastrais a pessoas físicas e jurídicas, prestação de serviços de informática e desenvolvimento de *software*, corretagem e agenciamento.

O Banco atua com foco nos produtos de Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal e Crédito para Empresas. A carteira de captações de recursos é composta por portfólio diversificado de produtos de investimentos e conta com as linhas de Captação CDB (Cédula de Crédito Bancário), LCI (Letra de Crédito Imobiliário), LCA (Letra de Crédito Agronegócio), LF (Letra Financeira) e CRI (Crédito Imobiliário).

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, no que for aplicável.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 10 de julho de 2015.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos.
- **Resolução nº 3.604/2008** - CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.
- **Resolução nº 3.750/2009** - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas.
- **Resolução nº 3.823/2009** - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
- **Resolução nº 3.873/2011** - CPC 24 - Eventos subsequentes
- **Resolução nº 3.989/2011** - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.
- **Resolução nº 4.007/2011** - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

- **Resolução nº 4.144/2012 - CPC 00 Pronunciamento Conceitual Básico (R1).**

Em 25 de junho de 2015, o Conselho Monetário Nacional determinou que, a partir de 1º de janeiro de 2016, as instituições financeiras devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (CPC 33). Na avaliação da administração, a adoção do referido pronunciamento não trará impacto nas demonstrações financeiras emitidas a partir de 1º de janeiro de 2016, exceto quanto às divulgações mínimas requeridas pelo referido CPC.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras do Banco Intermedium.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, quando aplicável para a Instituição, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As contas que envolvem estimativas e julgamentos são: Títulos e valores mobiliários (nota nº 6), Operações de crédito (nota nº 8) e Provisão para contingências (nota nº 23).

### **3 Principais práticas contábeis adotadas**

#### **a. Apuração de resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

#### **b. Disponibilidades e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme a Resolução CMN nº 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados da data da contratação.

#### **c. Operações ativas e passivas**

As operações ativas (circulante e realizável a longo prazo) são demonstradas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (em base pro rata dia).

As operações passivas (circulante e exigível a longo prazo) referem-se a passivos conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço (em base pro rata dia).

**d. Provisão para perdas com operações de crédito**

É constituída com base na Resolução BACEN nº 2.682/1999, analisando os riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas.

**e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários**

São registrados pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

A Circular BACEN nº 3.068/01 e regulamentação complementar alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários criando três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.
- **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Os títulos e valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

**f. Instrumentos financeiros derivativos**

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco) são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como:

- **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

- **Hedge de fluxo de caixa:** para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida em observância aos critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

**g. Investimentos**

Quando há controle ou influência significativa na administração, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Na inexistência de controle ou influência significativa, os investimentos são registrados a custo de aquisição.

**h. Imobilizado**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas fiscais anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

**i. Redução do valor recuperável de ativos - Imparidade**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo.

Se houver evidência de perda o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

**j. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, ajustado conforme legislação específica.

A Lei nº 11.727, de 3 de junho de 2008, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras de 9% para 15% do lucro tributável a partir de maio de 2008. Dessa forma, o encargo da Contribuição Social sobre o lucro tributável foi acrescido pelo diferencial de alíquota de 6% naquela data.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do semestre, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição (RTT), devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e os critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Em maio de 2015, a Medida Provisória nº 675 aumentou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Entretanto, a referida Medida Provisória ainda requer a aprovação pelo Congresso Nacional para ser convertida em lei e seus respectivos impactos serão refletidos contabilmente a partir da entrada em vigor.

**k. Despesas antecipadas**

A apropriação ao resultado do semestre das parcelas de despesas com comissão sobre operações de crédito de correspondentes é efetuada de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional.

**l. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme critérios a saber:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes (quando aplicável):** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se

modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

**m. Eventos subsequentes**

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2015.

**n. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro**

O Pronunciamento Contábil CPC 23 tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, a melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras do Banco Intermedium, bem como a permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

**o. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

O Banco Intermedium S.A. elaborou, de forma espontânea, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Disponibilidades	335	1.602
Títulos e Valores mobiliários* (90 dias) vide Nota 6	17.314	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez* (90 dias) vide Nota 5	246.093	147.651
	<hr/>	<hr/>
Total de caixa e equivalentes de caixa	263.742	149.253

(\*) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

## 5 Aplicações interfinanceiras

	2015	2014
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.503	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	192.398	29.999
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	50.001	110.000
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>		
CDI - Banco do Brasil S.A.	2.029	3.524
CDI - Bancoob	-	7.469
	247.931	150.992
<b>Total</b>	247.931	150.992
Circulante	247.174	149.177
Não circulante	757	1.815

O vencimento dos papéis está demonstrado abaixo:

	2015					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Papel						<b>Total</b>
Aplicações em CDI	191	1.081	757	-	-	2.029
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.503	-	-	-	-	3.503
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	192.398	-	-	-	-	192.398
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	50.001	-	-	-	-	50.001
<b>Total</b>	<b>246.093</b>	<b>1.081</b>	<b>757</b>	-	-	<b>247.931</b>
	2014					
Papel						<b>Total</b>
Aplicações em CDI	7.652	1.526	1.815	-	-	10.993
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	29.999	-	-	-	-	29.999
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	110.000	-	-	-	-	110.000
<b>Total</b>	<b>147.651</b>	<b>1.526</b>	<b>1.815</b>	-	-	<b>150.992</b>

## 6 Títulos e valores mobiliários

São representados pelos valores atualizados das cotas de Securitização de Créditos Imobiliários, constituídos pela cessão sem coobrigação de carteiras de créditos imobiliários da Instituição e também por Títulos Públicos Federais (LFTs). Em 30 de junho de 2014, os títulos e valores mobiliários incluíam valores atualizados das cotas subordinadas do fundo de investimento em direitos creditórios, denominado FIDC Intermedium Créditos Consignados II, encerrado no primeiro semestre de 2015.



Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

- Classificação por tipo de papel e vencimento

<b>2015</b>							
Papel	Até 3	De 3 a 12	De 1 a 3	De 3 a 5	Acima de	Valor de	Custo de
	meses	meses	anos	anos	5 anos	mercado/ contábil	aquisição atualizado
Disponível para venda	17.314	-	42.660	32.715	-	92.689	92.689
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	17.314	-	42.660	32.715	-	92.689	92.689
Títulos mantidos até o vencimento (*)	26.717	-	-	-	4.731	31.448	31.448
Cotas de fundo de investimento	26.717	-	-	-	-	26.717	26.717
BZS - Securitização					4.731	4.731	4.731
<b>Total</b>	<b>44.031</b>	<b>-</b>	<b>42.660</b>	<b>32.715</b>	<b>4.731</b>	<b>124.137</b>	<b>124.137</b>
						Total do Circulante	44.031
						Total do não Circulante	80.106

<b>2014</b>							
Papel	Até 3	De 3 a 12	De 1 a 3	De 3 a 5	Acima de	Valor de	Custo de
	meses	meses	anos	anos	5 anos	mercado/ contábil	aquisição atualizado
Disponível para venda	-	12.381	52.630	42.633	-	107.644	107.644
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	12.381	52.630	42.633	-	107.644	107.644
Títulos mantidos até o vencimento (*)	28.777	-	40.703	-	-	69.480	69.480
Cotas de fundo de investimento	28.777	-	-	-	-	28.777	28.777
Cotas de fundo de investimento (FIDC)	-	-	33.971	-	-	33.971	33.971
BZS - Securitização (a)	-	-	6.732	-	-	6.732	6.732
<b>Total</b>	<b>28.777</b>	<b>12.381</b>	<b>93.333</b>	<b>42.633</b>	<b>-</b>	<b>177.124</b>	<b>177.124</b>
						Total do Circulante	41.158
						Total do não Circulante	135.966

(\*) Em função do enquadramento da Instituição à Circular nº 3.068/01, são classificados como “mantidos até o vencimento”.

(a) Securitização da carteira de Crédito Imobiliário

O Banco Intermedium, dando continuidade à estratégia de sustentabilidade no segmento de Crédito Imobiliário, realizou no primeiro trimestre de 2013, a primeira emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs), composta por créditos pulverizados, avaliados pela agência de risco Fitch Ratings com nota A+, totalizando o valor de R\$22,2 milhões.

No terceiro trimestre de 2013 realizou a segunda emissão, no valor de R\$17,1 milhões, avaliada pela agência de risco Standard & Poor's com nota AA.

O coordenador líder dessas securitizações é o Banco Votorantim, a securitizadora é a Brazilian Securities e o custodiante a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A., os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) foram emitidos com prazo de duração de oito anos.

No caso das cotas de classe sênior da securitização a taxa de retorno prevista como benchmark é de IGPM + 6% a.a para a primeira emissão e IGPM + 6,80% a.a para a segunda. As cotas subordinadas têm seu valor de rendimento obtido pela diferença entre o saldo das cotas de classe sênior e a valorização total.

Conforme mencionado na nota nº 8 (e), as operações de crédito vinculadas à securitização perfazem o montante de R\$19.710 em 30 de junho de 2015 (2014:R\$29.661), e o valor das cotas detidas pelo Banco é de R\$4.731 (2014: R\$6.732).

As informações sobre a mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa 7 e as informações sobre a exposição do Banco a riscos de mercado e de crédito estão incluídas na nota explicativa 23.

**a. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC**

Em 30 de junho de 2015 e 2014, os saldos das cotas subordinadas emitidas pelos fundos de propriedade do Banco Intermedium S.A. seguem abaixo demonstrados:

	2015	2014
Cotas de fundos de invest. direitos creditórios - Não circulante FIDC II	-	33.971
Total	-	33.971

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados I (FIDC I) era administrado pela UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O FIDC I foi constituído em 30 de abril de 2007, sob a forma de condomínio fechado, e foi encerrado em maio de 2014.

Em 7 de novembro de 2011, foi constituído o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados II (FIDC II), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A. com prazo de duração de quatro anos. Seu encerramento ocorreu em março de 2015.

**b. Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre o Banco Intermedium S.A. e o FIDC, ativos transferidos pelo Banco Intermedium S.A. e direitos de uso sobre ativos do FIDC**

No primeiro semestre de 2015 não foram cedidas operações de crédito ao fundo (2014: R\$29.488).

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no fundo, a Instituição reconheceu contabilmente, no semestre findo em 30 de junho de 2015, receita de R\$9.323 (2014: R\$12.191), na rubrica “Rendas de títulos e valores mobiliários”.

Neste semestre, os resultados junto ao fundo foram reconhecidos da seguinte forma: (a) receita de operações de vendas e transferência de ativos financeiros do fundo, no valor de R\$1.952 e (b) despesas de vendas e transferência de ativos financeiros, no valor de R\$864.

**c. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDC II**

O Banco Intermedium S.A. não ofereceu nenhum tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus investidores.

## 7 Instrumentos financeiros e derivativos

O Banco Intermedium participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias para administrar sua exposição global. Essas operações envolvem derivativos de futuros e a política de gestão de riscos é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Banco.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e no mercado secundário doméstico e internacional.

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps* e futuros, sendo registradas na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na BM&FBOVESPA.

As operações envolvendo contratos futuros de índices e moedas são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição e nas operações para atendimento das necessidades dos clientes do Banco Intermedium.

Os contratos de juros futuros e opções não possuem desembolso financeiro no valor contratado, na data de sua realização. Neste caso, sua contabilização é feita pelo valor de ajuste diário, que é calculado com base no valor “*notional*” atualizado (valor presente do contrato à taxa de mercado), no caso dos contratos de juros futuros e o valor do prêmio pago, em se tratando das opções. Os ajustes são contabilizados como receita, se positivo e despesa, se negativo. Já o prêmio, é diferido pelo prazo das opções e contabilizado como despesa. Atualmente, o Banco não possui instrumento derivativo híbrido.

### I Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

	2015		2014	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
<b>Contratos futuros</b>				
<b>Compromissos de compra:</b>				
- Mercado interfinanceiro	129.604	131.666	128.873	131.692

## **II Contratos futuros - (Notional)**

	<b>Contratos futuros</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
1 a 90 dias	-	-
91 a 180 dias	-	-
181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	129.604	128.873
	<u>129.604</u>	<u>128.873</u>
	<u>129.604</u>	<u>128.873</u>

## **III Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos representados, basicamente, por contratos futuros**

As garantias para os instrumentos financeiros derivativos representados por contratos futuros foram Letras Financeiras do Tesouro, no montante de R\$15.857.

## **IV Valores das receitas e das despesas líquidas**

O valor das receitas líquidas reconhecidas nos contratos futuros no semestre findo em 30 de junho de 2015 foi de R\$2.062 mil (2014: R\$1.174).

## **8 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito**

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução Bacen nº 2.682/99, introduziu critérios para a classificação de direitos creditórios oriundos de operações de crédito, definindo regras que entraram em vigor a partir de março de 2.000, para a constituição de provisão para os créditos de liquidação duvidosa e para a divulgação de dados referentes à carteira, a saber:

**a. Composição da carteira, por tipo de cliente e por atividade econômica:**

	<b>2015</b>	<b>% carteira</b>	<b>2014</b>	<b>% carteira</b>
Pessoa jurídica	278.836	15,75%	224.807	17,80%
Financiamentos imobiliários	458.209	25,88%	248.577	19,68%
Empréstimos imobiliários	282.344	15,94%	176.718	13,99%
Pessoa física	<u>739.074</u>	41,73%	<u>604.110</u>	47,82%
<b>Total de operações de crédito</b>	<u><u>1.758.463</u></u>		<u><u>1.254.212</u></u>	
Total de operações de crédito (circulante)	679.336		510.070	
Total de operações de crédito vinculadas (circulante)	<u>54.211</u>		<u>60.935</u>	
<b>Total do circulante</b>	733.547		571.005	
Total de operações de crédito (não circulante)	1.009.615		644.240	
Total de operações de crédito vinculadas (não circulante)	<u>15.301</u>		<u>38.967</u>	
<b>Total do não circulante</b>	1.024.916		683.207	
Outros créditos com característica de concessão de crédito - Circulante (Nota 9)	2.292	0,13%	492	0,04%
Outros créditos com característica de concessão de crédito - Não Circulante (Nota 9)	10.086	0,57%	8.545	0,68%
<b>Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito</b>	<u><u>1.770.841</u></u>	100,00%	<u><u>1.263.249</u></u>	100,00%
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(49.154)		(39.981)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados	(1.054)		(1.878)	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (nota 9)	<u>(8.314)</u>		<u>(7.823)</u>	
<b>Total</b>	<u><u>1.712.319</u></u>		<u><u>1.213.567</u></u>	

**b. Vencimento e direcionamento dos créditos**

2015					
	Prestações vencidas	Prestações a vencer			Total
		a partir de 15 dias	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	
<b>Créditos</b>					
Setor privado					
Pessoa Jurídica	17.003	121.678	108.215	31.940	278.836
Financ. Imobiliários	3.884	26.536	71.149	356.640	458.209
Emprést. Imobiliários	4.187	19.038	54.292	204.827	282.344
Pessoas físicas	7.112	97.021	203.432	431.509	739.074
Outros créditos	166	280	1.846	10.086	12.378
<b>Total</b>	<b>32.352</b>	<b>264.553</b>	<b>438.934</b>	<b>1.035.002</b>	<b>1.770.841</b>
2014					
	Prestações vencidas	Prestações a vencer			Total
		a partir de 15 dias	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	
<b>Créditos</b>					
Setor privado					
Pessoa Jurídica	5.180	97.033	99.782	22.812	224.807
Financ. Imobiliários	2.067	12.140	32.533	201.837	248.577
Emprést. Imobiliários	4.555	13.701	39.334	119.128	176.718
Pessoas físicas	9.234	79.448	175.998	339.430	604.110
Outros créditos		123	369	8.545	9.037
<b>Total</b>	<b>21.036</b>	<b>202.445</b>	<b>348.016</b>	<b>691.752</b>	<b>1.263.249</b>

**c. Composição da carteira por níveis de risco (rating):**

	Percentual mínimo de provisão	2015		2014	
		Valor da carteira	Provisão	Valor da carteira	Provisão
AA		200.247		85.457	
A	0,50%	1.333.525	6.672	1.019.810	5.099
B	1,00%	85.569	856	44.406	444
C	3,00%	66.214	1.986	46.362	1.390
D	10,00%	19.345	1.935	15.098	1.510
E	30,00%	15.306	4.592	7.251	2.176
F	50,00%	13.724	7.680	6.482	3.241
G	70,00%	7.035	4.925	8.537	5.976
H	100,00%	29.876	29.876	29.846	29.846
<b>Total</b>		<b>1.770.841</b>	<b>58.522</b>	<b>1.263.249</b>	<b>49.682</b>

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, e por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento e créditos imobiliários.

Durante o primeiro semestre de 2015, o total de créditos recuperados foi de R\$3.367 (2014: R\$3.254) e de créditos renegociados de R\$42.585 (2014: R\$25.066).

**d. Instituições financeiras e fundos de recebíveis**

Durante o primeiro semestre de 2015 não houve cessão de recebíveis.

O saldo total, até 30 de junho de 2015, dos contratos cedidos com coobrigação é de R\$69.512 (2014: R\$22.010). Para esses valores, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$1.054 (2014: R\$4.841).

**e. Operações de crédito vinculadas**

No semestre findo em 30 de junho de 2015, a Instituição possui saldos de operações de cessão de créditos de operações de vendas e transferências de risco com o Banco Itaú, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil, e securitização com a Brazilian Securities, conforme abaixo demonstrado:

	2015		2014	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
FIDC	-	-	52.840	17.401
Cessão Bancos	48.341	1.461	-	-
Securitização	5.870	13.840	8.095	21.566
<b>Total</b>	<u>54.211</u>	<u>15.301</u>	<u>60.935</u>	<u>38.967</u>

**9 Outros créditos**

Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	2015	2014
Circulante		
Adiantamentos a terceiros	847	888
Imposto de renda a compensar	7.993	3.592
Devedores diversos (a)	5.500	9.546
Créditos tributários (b)	19.567	15.575
Depósitos em garantia	-	280
Outros créditos com características de cessão de crédito (nota 8)	2.292	492
(-) Provisão para outros créditos (nota 8)	<u>(8.314)</u>	<u>(7.823)</u>
Circulante	<u>27.885</u>	<u>22.550</u>
Não circulante		
Créditos tributários (b)	1.308	3.844
Depósito em garantia (c)	750	659
Outros créditos com características de cessão de crédito (nota 8)	<u>10.086</u>	<u>8.545</u>
Não circulante	<u>12.144</u>	<u>13.048</u>

- (a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de crédito no valor de R\$3.726 (2014: R\$6.227), recompra de operações de crédito no valor de R\$255 (2014: R\$793), retenções de saldo de cessão no valor de R\$934 (2014: R\$1.629) e outros valores R\$585 (2014: R\$897).
- (b) A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em Orçamento Contábil preparado para o triênio de 2015/2018.

**Banco Intermedium S.A.**  
*Demonstrações financeiras  
referentes aos semestres findos em  
30 de junho de 2015 e 2014*

Período	2015					
	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2015	19.898	19.091	4.975	4.773	2.985	2.864
2016	32.289	28.883	8.072	7.221	4.843	4.332
Total do circulante	19.898	19.091	4.975	4.773	2.985	2.864
Total do não circulante	32.289	28.883	8.072	7.221	4.843	4.332
Total geral	52.187	47.974	13.047	11.994	7.828	7.196

  

Período	2014					
	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2015	37.794	35.609	9.449	8.902	5.669	5.341
2016	10.753	9.611	2.688	2.403	1.613	1.442
Total do circulante	37.794	35.609	9.449	8.902	5.669	5.341
Total do não circulante	10.753	9.611	2.688	2.403	1.613	1.442
Total geral	48.547	45.220	12.137	11.305	7.282	6.783

Os créditos tributários vencíveis em 2015 são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito, cuja dedutibilidade ocorre após 180 dias da data de vencimento das operações. A totalidade desses créditos tem sua realização dentro dos exercícios sociais, de 2015 e 2016.

Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões fiscais sobre as operações com realização prevista para 2015.

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes (CDI de 12,24% a.a.), está descontado de R\$1.685, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$19.190 em 30 de junho de 2015.

Itens-base do diferimento	30/06/2015		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	42.438	42.438	16.975
Provisão sob ações civis	2.597	2.597	1.039
Provisão sob processos trabalhistas	1.352	1.352	541
Prejuízo fiscal	5.800	5.800	2.320
Base de cálculo	52.187	52.187	20.875
Aliquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	13.047	7.828	
Créditos tributários - 31/12/2014	47.209	47.209	
Constituição - 2015	23.895	23.895	
Realização - 2015	(18.917)	(18.917)	
Créditos tributários - 2015	52.187	52.157	
		Circulante	19.567
		Não Circulante	1.308

- (c) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R\$707 (2014: R\$659); e ii) a valores bloqueados pelo sistema judicial do Banco Central (BACEN JUD) em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R\$43 (2014: R\$280).



## 10 Outros valores e bens

Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração. A composição desses bens é a seguinte:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Bens não de uso próprio	16.658	9.746
Provisão para desvalorização	-	(51)
	<hr/>	<hr/>
Outros valores e bens	16.658	9.695
Circulante	16.142	9.492
Não circulante	516	203

## 11 Despesas antecipadas

As despesas com comissões pagas aos seus correspondentes até dezembro de 2014 são diferidas conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificados nesta rubrica até a realização futura das rendas pertinentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado. Já as comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional. O saldo dessas despesas (circulante e não circulante) representa R\$40.673 em 30 de junho de 2015 (2014: R\$52.216).

Demonstramos abaixo a realização das despesas antecipadas para os próximos exercícios sociais:

<b>Ano</b>	<b>Valor da despesa</b>
2015	18.359
2016	11.280
2017	5.429
2018	2.712
A partir de 2019	<hr/> 2.893
Total	<hr/> <b>40.673</b>
Circulante	24.076
Não circulante	16.597

## 12 Investimentos

Os ajustes dos investimentos, decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, foram registrados em contas de resultado e podem ser assim apresentados:

	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contábil		Resultado de equivalência	
				2015	2014	2015	2014
Empresas controladas							
Intermedium Promotora de Vendas Ltda.	30	327	99,84%	327	327	-	(405)
Intermedium Serviços de Cobrança Ltda.			99,80%	-	-	-	14
IFI Software Ltda.			99,80%	-	-	-	(5)
Interfronting Corretora de Seguros Ltda.	9	2.219	75%	1.665	1.164	(361)	615
Intermedium DTVM Ltda.	2.000	1.604	100%	1.604	1.856	(155)	(159)
<b>Total</b>				<u>3.596</u>	<u>3.347</u>	<u>(516)</u>	<u>60</u>

As empresas Intermedium Serviços de Cobrança Ltda. e IFI Software Ltda. foram encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, por isso, não apresentam saldo no semestre findo em 30 de junho de 2015.

## 13 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

### a. Depósitos

	2015				2014	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Depósitos à vista	14.109	-	-	-	14.109	15.398
Depósitos interfinanceiros	20	22.136	-	-	22.156	50.561
Depósitos a prazo	12.143	99.575	197.332	635.248	944.298	691.606
<b>Total geral</b>	<u>26.272</u>	<u>121.711</u>	<u>197.332</u>	<u>635.248</u>	<u>980.563</u>	<u>757.565</u>

As captações de DPGE perfazem o montante de R\$192.905 (2014: R\$242.322) e são remuneradas à taxa média de 109% do CDI (2014: 110%). Os demais depósitos a prazo possuem taxa média de remuneração de 106% do CDI (2014: 106%).

**b. Recursos de aceites e emissão de títulos**

	2015				2014	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Letras de Crédito Imobiliário	36.088	263.677	246.323	123.376	669.464	384.471
Letras de Crédito Agrícola	4.017	4.270	2.830	243	11.360	7.684
Letras Financeiras	453	-	-	-	453	29.847
<b>Total geral</b>	<b><u>40.558</u></b>	<b><u>267.947</u></b>	<b><u>249.153</u></b>	<b><u>123.619</u></b>	<b><u>681.277</u></b>	<b><u>422.002</u></b>

**14 Obrigações por operações de vendas e transferências**

Referem-se à securitização de operações de venda e transferências de risco com a Brazilian Securities, bem como à cessão de créditos de operações de vendas e transferências de risco com o Banco Itaú, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil.

	2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Securitização	5.665	13.839	19.504
Cessão Banco Itaú	43.741	1.461	45.202
<b>Total</b>	<b><u>49.406</u></b>	<b><u>15.300</u></b>	<b><u>64.706</u></b>
	2014		
	Circulante	Não circulante	Total
FIDCs	53.775	19.119	72.894
Securitização	8.095	21.566	29.661
<b>Total</b>	<b><u>61.870</u></b>	<b><u>40.685</u></b>	<b><u>102.555</u></b>

As operações de crédito vinculadas a cessões estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 8 (e).

## 15 Outras obrigações

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Composição		
Impostos devidos	7.659	3.934
Cessões a pagar e pagamentos diversos (a)	33.202	16.547
Provisão para imposto de renda e contribuição social (b)	707	659
Credores por recursos a liberar (d)	55.795	29.039
Outros (c)	5.863	6.882
<b>Total</b>	<b>103.226</b>	<b>57.061</b>
Circulante	102.519	49.520
Não circulante	707	7.541

- (a) “Credores diversos”, no valor de R\$17.096 (2014: R\$5.646); parcelas de cessões de crédito a pagar, no montante de R\$1.407 (2014: R\$2.382); financiamentos a liberar no valor de R\$8.755 (2014: R\$2.217) e “Outros”, no valor de R\$5.944 (2014: R\$6.302), representados por fornecedores, provisões para despesas de pessoal e provisões para impostos a recolher.
- (b) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$707 (2014: R\$659), cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (Nota Explicativa nº 7).
- (c) Provisão para contingências relativa a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$3.948 (2014: R\$2.041), conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19; provisão para cessões de créditos com coobrigações no valor de R\$1.915 (2014: R\$4.841). Demonstramos abaixo a provisão para a carteira cedida em 30 de junho de 2015.

<b>Nível</b>	<b>Valor presente (normal)</b>	<b>Valor presente provisão (a vencer)</b>
A	6.448	32
B	99	1
C	322	10
D	141	14
E	110	33
F	89	44
G	71	51
H	1.730	1.730
<b>Total</b>	<b>9.010</b>	<b>1.915</b>

- (d) O saldo de credores por recursos a liberar é representado por valores a liberar a cliente referente a operações de créditos imobiliários no aguardo do registro do imóvel.

## 16 Transações com partes relacionadas

	2015		2014	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
<b>Controlador</b>				
Captações (depósitos e letras)	(20.467)	(288)	(279)	(414)
				-
<b>Entidades com influência significativa</b>				
Captações (depósitos e letras)	(163.848)	(10.668)	(105.154)	(4.585)
<b>Controladas</b>				
Captações (depósitos e letras)	(2.374)	(152)	(1.536)	(157)
Outras obrigações	-	-	(293)	(3.729)
<b>Pessoal-chave da Administração</b>				
Captações (depósitos e letras)	(24.992)	(1.586)	(9.302)	(603)
<b>Outras partes relacionadas</b>				
FIDIC I/II - Securitização	4.731	1.010	40.703	13.569
FIDIC I/II - Securitização	-	-	(102.555)	(9.731)

As captações via depósitos correspondem a CDBs, LCIs, LCAs e LFs, pós-fixados. Os CDBs possuem remuneração de 95% a 116% do CDI e prazos de 03 a 50 meses. As letras possuem remuneração de 88% a 114% do CDI e prazos mínimos 06 meses.

### a. Remuneração dos Administradores do banco

A remuneração dos administradores da Instituição é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso. A Instituição não tem como prática efetuar pagamentos com base em ações da Instituição para os acionistas e administradores do Banco.

A remuneração dos administradores do Banco Intermedium para o primeiro semestre de 2015 é de, aproximadamente, R\$3.262 (2014: R\$1.800) ad referendum à Assembleia Geral Ordinária de 2016.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 18 (d), durante o semestre findo em 30 de junho de 2015, foi pago aos acionistas o montante de R\$8.860, a título de juros sobre capital próprio.

## 17 Imposto de renda e contribuição social

A Instituição constituiu provisões temporariamente indedutíveis no montante aproximado de R\$42.438 (2014: R\$32.787), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 30 de junho de 2015, perfazia um montante de R\$16.975 (2014: R\$13.115).

A Instituição mantém um saldo de crédito tributário de R\$3.900 (2014: R\$6.304), relativos a provisão para danos morais no valor de R\$1.580 (2014: R\$816) e prejuízo fiscal no valor de R\$2.320 (2014 R\$5.488).

A Administração, com base na Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do Banco Central do Brasil, entende que serão produzidos resultados suficientes para a absorção de tal crédito, conforme detalhamento apresentado na nota explicativa nº 9 (b).

	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.678	20.678	13.492	13.492
Adições (exclusões) líquidas:				
Juros sobre capital próprio	(8.859)	(8.859)	(6.637)	(6.637)
Equivalência patrimonial	516	516	(60)	(60)
PCLD, líquida	11.797	11.797	670	670
Prejuízo Fiscal	(7.330)	(7.330)	-	-
Outras, líquidas	300	300	(2.203)	(2.203)
	17.102	17.102	5.262	5.262
Base de cálculo				
Aliquota efetiva (15%)	2.565	2.565	789	789
Aliquota adicional (10%)	1.596	-	475	-
IRPJ e CSLL diferidos	(1.244)	(747)	442	251
Despesa de imposto de renda e contribuição social	2.917	1.818	1.706	1.040

Os recolhimentos por estimativa de imposto de renda e contribuição social foram, respectivamente, R\$5.077 e R\$2.749 (em 2014: R\$2.208 e R\$1.326, respectivamente).

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.846.305 ações nominativas, sendo 6.030.415 ordinárias e 5.815.890 preferenciais, todas sem valor nominal.

Em 28 de fevereiro de 2015, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$104, passando de R\$269.845 para R\$269.949, em espécie com emissão de ações. O aumento foi aprovado no Banco Central do Brasil em 17 de março de 2015.

Em 30 de junho de 2015, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$7.531, passando de R\$269.949 para R\$277.480, com utilização de juros sobre o capital próprio. O aumento está aguardando aprovação do Banco Central do Brasil.

### b. Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

### c. Reserva de retenção de lucros

Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.

**d. Dividendos distribuídos**

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício. Durante o primeiro semestre de 2015, foi distribuído aos acionistas o montante de R\$8.860 pago na forma de Juros sobre o Capital Próprio, não sendo distribuídos dividendos.

**e. Ações em tesouraria**

No primeiro semestre de 2015, a Administração do Banco optou por não recomprar ações a serem mantidas em tesouraria. Não há saldo de ações em Tesouraria em 30 de junho de 2015.

**f. Ajuste a valor de mercado**

O saldo de ajuste a valor de mercado é R\$115 (2014: R\$70) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda, que são marcados a mercado.

**g. Stock Option**

O Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Intermedium, instituído nos termos do Artigo 168 - § 3º, da Lei nº. 6.404/76, é uma iniciativa do Conselho de Administração da Sociedade, por meio do qual serão outorgadas, aos administradores, executivos e colaboradores do Intermedium, opções para aquisição de Ações Preferenciais do Banco Intermedium S.A, com vista a incentivar o desempenho e favorecer a retenção de administradores, executivos e colaboradores do Intermedium, na medida em que sua participação no capital social da Sociedade permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações, formando assim, com os acionistas do Intermedium, uma comunhão de interesses.

O Banco está autorizado a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social em até mais 282.006 (Duzentas e oitenta e duas mil e seis) ações preferenciais nominativas, observadas as regras do regulamento aprovado pelo Conselho de Administração.

Este plano iniciou-se no ano de 2012 e encerrará em 2021. A primeira tranche, que iniciou em 2012, será concluída em 2017, com um custo para o Banco de aproximadamente R\$1.700. Para as tranches de 2013 e 2014, que encerrarão no ano de 2020 e 2021, respectivamente, não haverá custo para o Banco, uma vez que os colaboradores elegidos terão o direito de exercer a opção de adquirir outras 187.630 ações preferencias, pelo valor unitário de R\$22,13.

Para as tranches de 2013 e 2014, caso o colaborador não exerça a opção, ou seja desligado do Banco, ele perderá o direito. Uma vez exercidas as opções, o outorgado não poderá vender, transferir ou alienar tais ações, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos tenham decorrido para o adquirente das ações objeto do Plano, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos contados da data do recebimento da primeira oferta de ações a ele oferecidas pelo Banco.

A participação do outorgado no Plano não interfere em sua remuneração e não confere a ele direito de manter seu vínculo com o Banco.

## **19 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**

### **a. Ativos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.

### **b. Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**

O Banco Intermedium é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$3.948 (2014: R\$2.041), registrada sob a rubrica “outras obrigações”, conforme divulgado na nota explicativa nº 15 (c). Vide movimentação dos saldos no item “c”.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

#### ***b.1 Movimentação das provisões e classificação por natureza***

<b>Natureza</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
Saldo em 01/01/2015	1.689	1.554	3.243
Constituições/Atualizações	160	1.769	1.929
Pagamentos/Reversões	(497)	(727)	(1.224)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
<b>Saldo em 30/06/2015</b>	<b>1.352</b>	<b>2.596</b>	<b>3.948</b>

### **c. Passivos contingentes com perdas possíveis**

#### ***c.1 Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis***

- (i) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$637, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.
- (ii) O Banco Intermedium possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, a Instituição, mediante decisão favorável do Supremo



Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.

- (iii) Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item B acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referente à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para junho de 2013: Principal R\$1.254.405,31, multa R\$250.881,06, juros R\$1.987.443,85 - Total R\$3.492.730,22.

Em 5 de outubro de 2010 foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- (iv) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados até junho de 2013: Principal R\$3.495.852,96, multa R\$699.170,59, juros R\$3.100.783,80 - Total R\$7.295.807,35.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (v) Em 11 de novembro de 2010 foram lavrados autos para constituir créditos tributários a título de PIS e COFINS, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de 03/2006 a 12/2008. Os recolhimentos das contribuições em questão foram considerados insuficientes.

- **Cofins:** Principal de R\$7.788.142,08, multa de R\$5.841.106,56 e juros de R\$8.411.874,60 Total de R\$22.041.123,24.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (vi) Em 30 de agosto de 2013 foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL.

Principal de R\$10.300.272,27, multa de R\$19.892.224,98, juros de R\$9.459.051,16 - Total R\$39.651.548,41.

Foi protocolada impugnação administrativa em 30 de setembro de 2013. Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa da instituição, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

- (vii) Em 15 de dezembro de 2014 foi lavrado auto de infração para constituir crédito tributário a título de COFINS, relativo ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora.

Principal de R\$11.211.843,46, multa de R\$8.408.882,60, juros de R\$4.950.295,62 - Total R\$24.571.021,68.

Foi protocolada impugnação administrativa em 13 de janeiro de 2015. O auto de infração foi lavrado sob o fundamento de que a instituição teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão. Tendo em vista os argumentos de defesa da instituição, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

**c.2 *Outros passivos contingentes classificados como perdas possíveis***

O Banco Intermedium mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos em que figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Assim, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível ou remota não são reconhecidos contabilmente e os principais processos não relacionados a obrigações fiscais, com classificação de perda possível, possuem estimativa de valor dos assessores jurídicos de R\$15.016 em 30 de junho de 2015 (2014: R\$33.061).

**20 Outras despesas administrativas**

	Semestres	
	2015	2014
Prestação de serviços	2.949	5.379
Processamento de dados	5.888	4.618
Aluguel	2.406	1.833
Comunicação	1.278	1.159
Despesas bancárias	1.879	1.670
Serviços técnicos especializados	2.709	2.346
Propaganda e publicidade	1.683	2.821
Outros	4.628	3.820
	23.420	23.646
Total	23.420	23.646

**21 Outras receitas operacionais**

	Semestres	
	2015	2014
Recuperação de crédito	3.367	3.254
Recuperação de encargos	3.828	604
Outras rendas	416	1.677
	7.611	5.535
Total	7.611	5.535

## 22 Outras despesas operacionais

	Semestres	
	2015	2014
Amortização e depreciação	1.834	779
Descontos concedidos	3.705	2.290
Outras despesas	26	22
Total	5.565	3.091

## 23 Outras informações

No Grupo Intermedium a gestão dos Riscos de Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional e Responsabilidade Socioambiental é realizada de forma contínua e autônoma, se apóia em políticas e estratégias estruturadas e em uma equipe técnica adequadamente capacitada.

A gestão de riscos deve ser tratada como atividade essencial e vital para o crescimento sustentável das operações do grupo e, para isso, mantém e cumpre um conjunto de normas e procedimentos para assegurar a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus *stakeholders*.

O Grupo Intermedium possui ainda a Comissão de Auditoria e o Comitê de Riscos e Capital, que são formados por integrantes da Alta Direção do Grupo, inclusive do Conselho de Administração, tomando decisões colegiadas, objetivando a supervisão e avaliação da efetividade dos controles internos, da qualidade e integridade das informações trabalhadas e do desempenho das Auditorias Interna e Independente.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gestão de riscos do Grupo estão disponíveis no sítio eletrônico [www.intermedium.com.br](http://www.intermedium.com.br), no link Informações Corporativas.

### a. Gestão de riscos de liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a “cadeia de negócio”, desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

No Grupo Intermedium essa gestão é também avaliada semanalmente pelo Comitê de Caixa com objetivo de organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez, estabelecendo processos, ferramentas e limites necessários para a geração e análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite aos riscos estabelecidos pela Alta Administração, em linha com a Resolução nº 4.090 do CMN.

**b. Gestão de riscos de mercado**

O Risco de Mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Instituição.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

No Grupo Intermedium a gestão do risco de mercado tem dentre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

**c. Gestão de riscos operacionais**

De acordo com a Resolução 3.380/2006 do CMN, risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções legais em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Grupo Intermedium trata todos os apontamentos de riscos identificados nos mapeamentos de seus processos, bem como aqueles considerados pelas auditorias e pelos reguladores como risco operacional, e, através deste trabalho cria ações que mitigam esses apontamentos.

Para alocação de capital para o risco operacional, o Grupo Intermedium adotou a metodologia do Indicador Básico de mensuração ou BIA, conforme previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013.

**d. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração do Grupo.

O Grupo Intermedium realiza a gestão do risco de crédito com apoio do Comitê de Riscos e Capital adotando critérios de governança através de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas, seja na concessão, no monitoramento ou na recuperação de crédito. Não obstante, testes de estresse são usados para mensurar possíveis perdas em diversos cenários que a área de risco julgue prováveis.

Em atendimento à Circular nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional, as informações sobre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço [https://www.intermedium.com.br/arquivos/pdf/gerenciamento\\_riscos\\_capital.pdf](https://www.intermedium.com.br/arquivos/pdf/gerenciamento_riscos_capital.pdf).

**e. Ouvidoria**

A Ouvidoria do Grupo Intermedium atua como canal de comunicação com os clientes e usuários de produtos ofertados e no tratamento e mediação de conflitos. As ocorrências são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até quinze dias, em consonância com norma regulamentar. Tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, com o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. A fim de gerenciar as manifestações, utiliza-se sistema específico, atribuindo um número de protocolo a cada atendimento, em observância à legislação vigente.

**f. Índice de Basileia**

Em 30 de junho de 2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

No 2º semestre de 2014 o Banco Central do Brasil publicou vários normativos relacionados à gestão de riscos, complementando outras publicações relacionadas à Basileia III. Uma delas, a Circular 3.714/2014 alterou artigos da Circular 3.644/2013, impactando no Índice de Basileia, e consequentemente aumento das suas disponibilidades na oferta de crédito.

A Resolução 4.388/2014 que altera as disposições das demais resoluções relativas à gestão de riscos, incluindo a partir de janeiro/2015 a necessidade de gerir os riscos do Conglomerado Prudencial, ou seja, das empresas que compõem o Catálogo de Documento (CADOC) 4060, e apuração dos números do Grupo através deste documento.

O Banco Intermedium S.A possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Destaca-se que a partir de 01 de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- I. nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
- II. nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 1º de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente. O índice apresentado no semestre comparativo findo em 30 de junho de 2014 foi de 21,96%.

**DLO - DOCUMENTO DE LIMITES OPERACIONAIS**  
**ÍNDICE DE BASILÉIA - REFERÊNCIA: 06/2015**  
**DETALHAMENTO DAS MARGENS DE REQUERIMENTO RELATIVAMENTE AO RWA**

<b>Descrição</b>	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA	309.827
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	309.827
EXCESSO DOS RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	-
CAPITAL DESTACADO PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	-
ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)	1.472.950
RWA PARA RISCO DE CRÉDITO POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWACPAD	1.222.492
RWA PARA RISCO DE MERCADO	-
RWA PARA RISCO OPERACIONAL POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWAOPAD	250.458
MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO	147.803
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	162.024
MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL 1 REQUERIDO	221.450
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL 1 PARA COMPARAÇÃO COM RWA	309.827
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	309.827
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	88.377
MARGEM SOBRE O CAPITAL PRINCIPAL REQUERIDO	243.545
CAPITAL PRINCIPAL PARA COMPARAÇÃO COM RWA	309.827
CAPITAL PRINCIPAL - CP	309.827
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	66.283
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A RBAN	84.305
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA E PARA RBAN	225.522
VALOR CORRESPONDENTE AO RBAN	63.498
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO CAPITAL COMPLEMENTAR	75.489
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO NÍVEL II	66.283
ÍNDICE DE BASILÉIA:	<b>21,03%</b>

**g. Responsabilidade Socioambiental**

Além daquilo que a Resolução 4.327/2014 apregoa, para o Grupo Intermedium, Responsabilidade Socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente, etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

Nos negócios realizados pelo Grupo e nos produtos por ele ofertados, são realizadas avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental de suas

atividades incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. A gestão dos riscos relacionados consiste em avaliar os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido quanto ao atendimento à legislação ambiental, condições de trabalho, uso dos recursos naturais, gestão de resíduos, etc., e estabelecer o seu nível de risco socioambiental em relação ao seu relacionamento com o Grupo Intermedium.

\* \* \*

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA - Presidente

AQUILES LEONARDO DINIZ - Conselheiro

JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA - CONSELHEIRO

JOSÉ FELIPE DINIZ - CONSELHEIRO

MARCOS ALBERTO CABALEIRO FERNANDEZ - Conselheiro

RAFAEL NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA - Conselheiro

**DIRETORIA EXECUTIVA**

AQUILES LEONARDO DINIZ

DAURO DE CARVALHO E SILVA

JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA

**DIRETORIA**

ALEXANDRE RICCIO DE OLIVEIRA

MARCO TÚLIO GUIMARÃES

MARIA VIRGINIA GOMES MOREIRA

SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA

**CONTADOR RESPONSÁVEL**

SICOMAR BENIGNO DE ARAÚJO SOARES - CRC-MG 67.120-O-3